

Críticas de Furtado às multinacionais

O economista Celso Furtado fez ontem à noite uma vigorosa defesa das economias nacionais e condenou a prática da internacionalização, promovida pelas empresas transnacionais. Demoradamente aplaudido por uma platéia formada principalmente por estudantes universitários, Furtado abriu os cursos de 84 da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, diante de um auditório que lotou o anfiteatro da USP. "Os maiores desafios de hoje estão no plano internacional", declarou.

Em uma exposição pausada e acadêmica, Furtado discutiu o confronto entre economias centradas na livre empresa e economias com maior peso do Estado, seja como regulador, seja como ordenador do processo econômico. Nessa linha, comparou os papéis desenvolvidos pelo Estado no Japão e nos Estados Unidos, optando abertamente pelo estilo japonês.

No Japão há "uma estratégia concebida pelo governo, orientando investimentos para setores com capacidade de concorrência tecnológica", assinalou, para afirmar em seguida que o exportador japonês transferiu aos compradores de seus produtos no exterior parte dos ganhos de produtividade, obtidos pelo avanço tecnológico. Com isso, na opinião de Furtado, esse país oriental alterou uma tendência histórica dos países industrializados de se beneficiarem totalmente dos ga-

nhos tecnológicos e, dessa forma, obteve superávit no balanço de pagamento.

Transnacionais

Já nos Estados Unidos a política econômica foi feita em função da empresa privada e dos seus objetivos, mas, como as companhias norte-americanas costumam ter propensão para se transformarem em transnacionais e como essas empresas podem atuar no exterior por intermédio de suas filiais, o governo perdeu margem de manobra, o mesmo ocorrendo com as organizações trabalhistas. Entre os motivos para essa perda de poder do Estado frente às transnacionais está o acesso das filiais ao crédito internacional, em especial no mercado do eurodólar, que chega a movimentar capitais 50 vezes superiores ao saldo do comércio mundial.

Celso Furtado defendeu a tese, hoje amplamente acolhida no Brasil, de que a ordenação dos problemas econômicos supõe a solução para os problemas políticos. E propôs que o Estado atue para obter coerência e sincronia entre as decisões individuais e coletivas, isto é, entre a economia do consumidor e a planificação totalitária.

Rejeitando a teoria dos ciclos econômicos e mostrando algum saudosismo em relação ao espírito de Bretton Woods, o economista acusou as empresas transnacionais e o sistema financeiro internacional de promoverem a desestabilização

das economias nacionais, o que, em sua opinião, impõe uma ampla redefinição de papéis. Condenou a ilusão do roll-over dos empréstimos no mercado do eurodólar e afirmou que os banqueiros são ineficientes nas operações de longo prazo e que estão obtendo maiores lucros à custa da deterioração dos seus ativos.

Países pobres

Furtado criticou severamente a política norte-americana de transferir ônus para os países do Terceiro Mundo, via empresas transnacionais, abordando itens como a regidez dos gastos públicos ante o acréscimo dos gastos militares; a política anti-inflacionária centrada na contração da base monetária, provocando recessão; a limitação da oferta interna de crédito, induzindo a transferência de capitais para os Estados Unidos; o aumento das importações como forma de absorver pressões inflacionárias; e o imposto que as autoridades dos Estados Unidos impõem ao Exterior.

— Países na miséria absoluta passaram a transferir recursos para os Estados Unidos — declarou. A seguir, afirmou que a situação atual não se assemelha à das crises clássicas. E clamou contra a injustiça de os países pobres dedicarem mais poupança à satisfação dos compromissos da dívida externa com juros. "É preciso normas para regular as transferências de liquidez", disse o economista.